

Breve histórico dos catálogos e da catalogação

O mais completo levantamento sobre a história dos catálogos e da catalogação foi realizado por Ruth French Strout (1956). A autora relata quase século a século, os fatos ocorridos até 1900. Trabalhos posteriores enfocam um ou outro aspecto e é preciso reuni-los para uma visão mais ampla. Para não se perder a narrativa dos primórdios da catalogação, se transcreverá, resumidamente, a sequência de eventos relatados por Strout e, a partir de 1900, o texto se limitará, como os demais, aos fatos mais relevantes.

2.1 Períodos remotos

Uma das mais antigas listas de livros de que se tem conhecimento data de 2.000 a.C., encontrada em um tablete de argila, com 62 títulos. No entanto, não se sabe a finalidade da lista, ou se teria sido usada como catálogo.

Chegaram até nós mais registros babilônicos do que egípcios, talvez devido ao fato de os babilônicos escreverem sobre tabletes de argila, enquanto os egípcios escreviam em papiros, de menor durabilidade. Em escavações no Egito foram encontrados tabletes de argila, escritos em língua babilônica, datados de 1.400 a.C., e que se referiam a títulos de obras. Mas ainda se desconhece se seriam propriamente um catálogo.

Datam de 1.300 a.C. os tabletes com as primeiras informações bibliográficas de descrição física, encontrados em escavações hititas. Esses tabletes identificavam o número do tablete em uma série, o título e, muitas vezes, o escriba. As informações são encontradas outra vez nas escavações da biblioteca do rei assírio, Assurbanipal, em Nínive, datando de 650 a.C. Encontraram-se cerca de 20 mil tabletes, que registravam o título, o número do tablete ou volume, as primeiras palavras do tablete seguinte, o nome do possuidor original, o nome do escriba e um selo, indicando tratar-se de propriedade real. Presume-se haver, nesta época, um embrião de catálogo. Existiu, certamente, um catálogo, inscrito nas paredes de um templo no Egito, mas datado dos séculos III e II a.C.

No mesmo período, a civilização grega desenvolveu as bibliotecas mais famosas da Antiguidade: Alexandria e Pérgamo. Calímaco um dos sábios de Alexandria, elaborou seus *Pínakes* [Tabulas], cerca de 250 a.C., onde registrava o número de linhas de cada obra e suas palavras iniciais, assim como dados bibliográficos sobre os autores. Não se sabe ao certo se o trabalho de Calímaco era uma bibliografia ou um catálogo, ou se servia a ambas as finalidades. Há referências posteriores a *pínakes* dos sábios de Pérgamo, mas não restaram vestígios dessas obras.

Para Strout, o período se voltava muito mais à atividade de reunir os conhecimentos existentes do que à criação de novos conhecimentos. Segundo a mesma autora, a elaboração de obras de referência diversas exerceu influência considerável nos estudiosos romanos e bizantinos, preservou o conhecimento e estabeleceu precedentes para futuras abordagens do conhecimento armazenado. Os gregos também foram responsáveis pela introdução do conceito de autor como ponto de acesso a uma obra.

Embora se saiba da existência de bibliotecas romanas, criadas por influência de um estudioso de Pérgamo, obrigado a permanecer em Roma devido a um ferimento, não nos chegaram resquícios ou maiores informações sobre essas bibliotecas e seus possíveis catálogos, se é que havia.

2.2 Idade Média

No século VI, são Bento ensinou seus monges em Monte Cassino a copiar manuscritos. Por alguns séculos, os mosteiros passaram a ser os únicos preservadores, copistas e catalogadores de livros, embora, segundo Strout, não com objetivos de estudo.

O século VIII nos legou uma das primeiras listas de obras de bibliotecas medievais, provavelmente um inventário do acervo, contendo apenas título e, por vezes, nome do autor, mas sem ordem visível (talvez ordem das obras nas estantes).

Catálogos mais dignos de nota surgem no século IX. Na Alemanha, a biblioteca de Richenau compilou vários catálogos entre 822 e 842, que indicavam as obras contidas em cada volume e o número dos volumes ou rolos em que cada obra estava contida. Apenas o primeiro desses catálogos apresenta uma ordem, reunindo as obras de cada autor.

Outro catálogo importante é o do mosteiro beneditino de Saint Requier, na França, compilado em 831. Organizado por autor, embora não em ordem, também registra o conteúdo dos volumes e o número dos volumes relativos a uma obra. Seu grande interesse reside no fato de o compilador declarar que o estava fazendo a mando de Louis le Debonnaire, como um inventário, que resultou no registro de 246 volumes. Strout considera que todas as listas de livros do período eram, na verdade, inventários. O século IX viu o aumento do interesse pelos livros, com melhoria da qualidade de seu formato e de seu conteúdo, por influência de Carlos Magno e seus sucessores.

As bibliotecas crescem de tamanho no século X. O catálogo do mosteiro de Bobbio, na Itália, registra quase 700 volumes, e o de Lorsch, na Alemanha, quase 600, mas sem inovações.

Os séculos XI, XII e XIII nada trazem de novo à história dos catálogos. Curioso, apenas, o acréscimo feito ao registro dos livros na lista da biblioteca de Glastonbury, na Inglaterra, em 1247: “inúteis”, “legíveis”, “velhos” e “bons”, provavelmente se reportando às condições do livro. Em fins do século XIII, iniciou-se um registro dos acervos das bibliotecas monásticas inglesas um catálogo coletivo em que cada biblioteca era identificada por um código numérico. O registro nunca foi concluído.

O século XIV traz alguns melhoramentos. Na Inglaterra, uma lista organizada pelos frades agostinianos de York, de 1372, classificada separa as obras do autor quando os assuntos são diferentes; também, registra as palavras iniciais da segunda folha de cada volume, tornando a identificação mais precisa. Mais próxima de um catálogo, talvez o primeiro catálogo considerado como tal, é a lista do convento St. Martin, em Dover, de 1389. Dividia-se em três seções. A primeira, organizada pelo número de localização do volume na estante, incluía um título breve, o número da página do livro em que o número de localização foi registrado, as primeiras palavras do texto nesta página, o número de páginas do livro e o número de obras contidas no volume. A segunda, também organizada pelo número de localização, registrava o conteúdo de cada volume, com a paginação e as palavras iniciais de cada obra. A terceira é um marco na catalogação: incluía análise das partes (entradas analíticas) e uma lista alfabética, às vezes de autor, outras de título e autor e outras, ainda, de palavras genéricas, como ‘livro’, ‘parte’ ou ‘códice’.

O século XIV assistiu ao início das bibliotecas universitárias, que, no entanto, não trouxeram contribuições à catalogação, talvez por serem muito incipientes, a maioria com menos de cem livros. Curioso, para nós, o catálogo do *Trinity Hall* em Cambridge, de 1394, que incluía registros como: “uma Bíblia pequena”, “uma concordância da Bíblia grande e bonita”, “outra concordância da Bíblia menos bonita e portátil”.

2.3 Séculos XV a XVIII

O século XV não trouxe grandes mudanças, mas surgem pela primeira vez as remissivas. (registros que remetem a outros registros ou obras), embora de forma primitiva, no catálogo compilado por Amplonius Ratnick de Berka entre 1410 e 1412. Também há remissivas no catálogo da abadia de Santo Agostinho, em Canterbury, na Inglaterra, compilado por volta de 1420. No final do século, há um avanço importante, graças à bibliografia. Johann Tritheim, bibliógrafo e bibliotecário alemão, compilou uma bibliografia, apresentando-a em ordem incluindo cronológica e em apêndice um índice alfabético de autor, pela primeira vez.

No início do século XVI surge um catálogo classificado e que incluía também um índice alfabético de autor: o catálogo do mosteiro Syon, em Isleworth, Inglaterra. Neste mesmo país, o catálogo do convento de Bretton, Yorkshire, de 1558, introduz nos registros os nomes dos editores e tradutores das obras.

Outro bibliógrafo, seguindo o precedente de Tritheim, o suíço Konrad Gesner, de Zurique, publicou uma bibliografia por autor em 1545 e o respectivo índice de assuntos em 1548. Gesner, bibliógrafo e naturalista, incluiu em sua obra instruções para a organização de livros em uma biblioteca e desenvolveu um sistema de classificação, servindo tanto a bibliotecas como a bibliografias. Em 1548, Gesner sugeriu que se utilizasse cópia de sua bibliografia como catálogo, bastando apenas acrescentar os dados de localização ao lado do registro da obra que a biblioteca possuísse.

Em 1560, Florian Trefler, monge beneditino, publicou em Augsburg um tratado sobre a manutenção de uma biblioteca. Desenvolveu nessa obra um sistema de classificação e números de localização e defendeu um catálogo em

cinco partes: catálogo alfabético de autores, lista das estantes, índice classificado para os registros das partes (entradas analíticas), índice alfabético para o índice classificado e lista dos livros não integrados ao acervo geral.

Em 1595, o livreiro inglês Andrew Maunsell compilou um catálogo dos livros ingleses impressos e, no prefácio, determinou regras para o registro das obras. Preconizou a entrada dos nomes pessoais pelo sobrenome, para as obras anônimas, usou tanto o título como o assunto e às vezes ambos; estabeleceu o princípio de entrada uniforme para a Bíblia; defendeu a ideia de que um livro deva ser encontrado tanto pelo sobrenome do autor como pelo assunto e pelo tradutor; incluiu em seus registros: tradutor, impressor ou a pessoa para quem foi impresso, data e número do volume. As obras de Trefler e Maunsell podem ser consideradas como os primeiros códigos de catalogação.

O século XVII traz alguns avanços significativos. Sir Thomas Bodley, diplomata aposentado, no início do século, ofereceu-se para a reconstituição da biblioteca da universidade de Oxford, Inglaterra, destruída por um incêndio. Bodley criou um código minucioso de catalogação. Entre outras normas, indicava o arranjo sistemático, com um índice alfabético organizado pelo sobrenome dos autores, e incluía as entradas analíticas.

Na França, Gabriel Naudé escreveu um trabalho sobre catálogos e catalogação, onde assinalava a importância dos catálogos como meios de encontrar livros e de identificá-los bibliograficamente, perspectivas muito próximas da visão atual. Naudé recomendava um catálogo dividido em duas seções; uma por autores e outra por assuntos. Também sugeriu uma organização das estantes que permitisse expansão do acervo.

Em 1650, John Drury, na Inglaterra, também escreveu um tratado sobre o assunto, em que advogava a publicação de suplementos anuais, para atualização dos catálogos, que na época eram impressos em formato de livro, e um método para se lidar com obras doadas não, desejáveis para as bibliotecas (problema que temos até hoje!).

Em 1697, curadores da Bodleyana, como também é denominada a biblioteca da universidade de Oxford, pediram aos funcionários que apresentassem sugestões para melhoria da biblioteca. Um desses funcionários, Humphrey Wanley, incluiu entre suas sugestões inúmeros questionamentos sobre problemas de catalogação, dentre os quais: se o catálogo deveria ser alfabético ou classificado, se os títulos e os dados do livro deveriam ser registrados na língua do livro; se o tamanho do livro deveria ser registrado; se deveriam incluir-se autor e título das entradas analíticas; se o nome do editor deveria ser registrado nos dados de publicação; se deveria ser mencionado o fato de um livro não trazer local e data de publicação; se a primeira ou a melhor edição de um livro deveria ser indicada; e, finalmente, se a raridade ou alto custo de um livro deveriam ser anotados.

No mesmo ano, em Paris, Frederic Rostgaard publicou suas normas sobre a organização do catálogo. Preconizava um arranjo por assuntos, subdividido cronologicamente e por tamanho do volume, visando a que todos os autores voltados ao mesmo assunto e todas as edições de uma mesma obra fossem reunidas. Indicava ainda a elaboração de índices alfabéticos por assuntos e autores, estes últimos pelos sobrenomes, a serem localizados no final do catálogo (sempre catálogos impressos); as obras encadernadas juntas deveriam ter registros separados; dever-se-ia registrar a ordem dos títulos como aparecesse na página de rosto; em obras anônimas, dever-se-ia transcrever o nome do autor quando conhecido; por fim, as normas poderiam ser utilizadas de forma diferente quando mais adequado à biblioteca. Rostgaard exerceu muita influência no continente europeu, assim como Bodley e seus bibliotecários na Inglaterra.

No início do século XVIII os catálogos eram visualizados como listas de encontrar, mais do que como inventários. Algumas práticas se impuseram: catálogos classificados ou alfabéticos, embora alguns ainda permanecessem organizados pelo tamanho dos livros; os índices eram considerados úteis, embora não indispensáveis os nomes dos autores vinham pelo sobrenome, embora ordenados cronologicamente; a página de rosto adquiriu um certo prestígio, sendo os títulos transcritos literalmente; incluíram-se dados de publicação e notas de 'encadernado com'; as remissivas tornaram-se de uso comum, assim como algumas entradas analíticas.

O século XVIII é marcado pelo desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo, o que levou a um crescimento substancial das bibliotecas na Europa. Os fatos mais significativos e interessantes surgiram durante a Revolução Francesa. As bibliotecas dos nobres foram confiscadas e transformadas em bibliotecas de uso público, o que levou o governo da Revolução a estabelecer, em 1791, normas para sua organização: o primeiro código nacional de catalogação. Segundo Strout, esse código é um paradigma de brevidade e simplicidade prática.

Também se deve ao governo revolucionário o uso de catálogos em fichas, pela primeira vez na história da catalogação. Não propriamente por facilidade, mas devido à falta de papel, deveriam ser utilizadas cartas de baralho para o registro das obras: cartas de ases e dois seriam reservadas para os títulos mais longos, talvez por disporem de

mais espaço. Quaisquer que tenham sido os motivos para o uso de fichas, essa ideia muito racional e prática permanece até nossos dias.

O código francês determinava que se transcrevesse a página de rosto, sublinhando o sobrenome do autor para alfabetação. Quando não houvesse autor, seria sublinhada a palavra mais significativa do título. Incluíam-se dados físicos: número de volumes, tamanho, ilustrações, material de que o livro era feito, encadernação e indicação de falta de páginas. Muitas dessas informações são registradas até hoje.

2.4 Século XIX

O século XIX caracteriza-se por fatos notáveis na história da catalogação, com trabalhos de grande importância e muita influência em nossa prática moderna. Bibliotecários e estudiosos publicavam então inúmeros estudos a favor ou contra os catálogos alfabéticos e classificados.

Como não se conseguia resolver a questão do catálogo no *British Museum*, corriam tantas opiniões divergentes e emocionais, em 1836 a *House of Commons* (câmara baixa do parlamento britânico) nomeou uma comissão que deveria investigar as condições a administração e os serviços do museu. Uma das questões era a catalogação e o catálogo na biblioteca do museu.

Muitas foram as testemunhas ouvidas durante o inquérito e que falavam contra ou a favor dos catálogos alfabéticos e classificados. Mas uma das testemunhas destacou-se e conseguiu com vencer a comissão com seus argumentos e idéias: Anthony Panizzi, refugiado político italiano, advogado de profissão, que trabalhava no museu como bibliotecário assistente desde 1831. Em 1839, após várias audiências, Panizzi convenceu os membros da comissão e estes aprovaram seu código, as famosas 91 regras. Mas nem a controvérsia nem a investigação pararam por aí.

Em 1847, outro inquérito tornou-se necessário, desta vez referente à constituição e administração do museu, e novamente levantou-se a questão do catálogo e das regras de Panizzi. Um episódio muito interessante foi a crítica de Collier, um especialista em Shakespeare, às 91 regras e ao próprio Panizzi. Dizia Collier que Panizzi estabeleceu um número tão elevado de regras para atrasar a elaboração do catálogo, que ele chamava “o interminável catálogo de Mr. Panizzi”, e preconizava suas próprias regras. Collier, empregando suas próprias normas, tentou catalogar 25 livros, e Panizzi, diante da comissão, utilizou estas catalogações como defesa de suas 91 regras, da mesma forma como o faria em um tribunal. Panizzi saiu vitorioso da contenda, arrasando Collier

Curiosidades históricas à parte, nunca houve tamanho interesse por questões biblioteconômicas, envolvendo governo, personalidades e eruditos. Panizzi e suas regras tiveram grande influência na biblioteconomia inglesa e, também, na americana.

Em 1850, Charles C. Jewett viu aceito seu código para o catálogo da *Smithsonian Institution*, nos Estados Unidos. No prefácio, reconhecia seu débito para com Panizzi e suas regras, mas em inúmeros pontos apresentou discordâncias e soluções diferentes. Alguns preceitos de Jewett, em especial no tocante a cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas, até hoje são seguidos. Jewett determinou a finalidade de um código de catalogação, como citada por Strout:

As regras de catalogação devem ser estritas e devem ir ao encontro, o mais possível, de todas as dificuldades do detalhe. Nada, o máximo que se possa evitar, deve ser deixado ao gosto individual ou ao julgamento do catalogador.

Também em 1850 surgiu na Alemanha o código de Munique, que, segundo Ranganathan, manteve-se em forma manuscrita. Foi a partir desse código que Carl Dziatzko criou em 1886, para a universidade de Breslau, suas instruções, que, por sua vez, serviram de base para o código alemão.

As *Instruktionen für die alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken* [Instruções para os catálogos alfabéticos das bibliotecas prussianas] ou Instruções prussianas, de 1899, como relatou Alice Príncipe Barbosa, foram elaboradas por homens de formação científica e filosófica, exercendo grande influência em outros países de língua alemã, ou mesmo sendo integralmente adotadas por eles.

Melvil Dewey também estabeleceu regras simplificadas de catalogação, mas seu renome se deve à Classificação Decimal (1876), que hoje leva seu nome, por ironia publicada anonimamente na primeira edição.

No mesmo ano de 1876, Charles Ami Cutter publicou suas *Rules for a dictionary catalogue* [Regras para um catálogo dicionário]. Cutter, considerado por Ranganathan como o gênio da biblioteconomia, não elaborou apenas um código de catalogação: sua obra é na verdade uma declaração de princípios. As regras são entremeadas com os porquês das soluções e com observações diversas, às vezes irônicas. De fácil leitura, se constitui em um código muito completo, incluindo a catalogação de assuntos e de materiais especiais, normas de transliteração e elaboração de catálogos auxiliares.

Cutter criou, ainda, um esquema de classificação e uma tabela representativa de sobrenomes, esta utilizada até hoje. Mas sua contribuição mais importante está na catalogação. Determinou os objetivos do catálogo e ditou a visão do catalogador. De um ponto de vista muito pessoal, acredito que a catalogação moderna, automatizada, deveria voltar a Cutter, pois inúmeras soluções por ele apontadas, quando a catalogação era manuscrita ou datilografada, se aplicam inteiramente aos recursos computacionais. Sua obra é um exemplo de catalogação prática adequada ao usuário. Embora existam outros nomes e outros códigos no século XIX — época de proliferação de códigos de catalogação, Cutter marca este período.

No final do século, em 1895, dois belgas, Paul Otlet e Henri La Fontaine fundam o *Institut International de Bibliographie* (IIB), atual Federação Internacional de Informação e Documentação (FID), e dão início ao levantamento e registro de todas as publicações editadas em todo o mundo. Chegaram a 16 milhões de registros, segundo alguns autores, e 12 milhões, segundo outros. Embora não fossem os primeiros a alimentar o sonho do controle bibliográfico universal, certamente deram um passo decisivo nesse sentido.

Após um período em que utilizaram a Classificação Decimal de Dewey, criaram a Classificação Decimal Universal, embasada em Dewey, porém mais especializada, visualizando-a como um meio de intercâmbio de informações bibliográficas, acima das barreiras lingüísticas. Otlet e La Fontaine eram advogados e pacifistas, acreditando ser a bibliografia universal a base para a paz.

Otlet juntamente com Robert Goldschmidt, projetou um equipamento de ampliação de filme, introduzindo o microfilme em bibliotecas; em 1906 publicou um trabalho em que tratava da “nova forma do livro”.

La Fontaine recebeu o prêmio Nobel da Paz de 1913, foi senador socialista (1894-1936) e representante belga junto à Liga das Nações (1920-1921).

A Primeira Guerra Mundial interrompeu os trabalhos de compilação da bibliografia, que cessaram definitivamente por volta de 1920, quando o IIB atravessou séria crise financeira. Nessa ocasião, o jovem químico holandês Frits Donker Duyvis (futuro secretário-geral da FID) propôs o estabelecimento de centros nacionais cooperantes para dar continuidade ao trabalho. No ano seguinte, a Holanda tornou-se o primeiro país a fazer parte do acordo de cooperação. Em 1931 o IIB tornou-se o *Institut International of Documentations*, que, em 1938, transferiu-se definitivamente para Haia, com o nome de Federação Internacional de 1 Documentação. Como se verá adiante, a ideia de Otlet e La Fontaine foi retomada pela UNESCO após a Segunda Guerra Mundial.

2.5 Século XX

Na virada do século, havia códigos nacionais de catalogação na Alemanha, Áustria, Bélgica, países escandinavos, Espanha, França, Holanda, Itália, Suíça e Vaticano.

Um fato, em 1901, vem mudar a perspectiva dos códigos: a impressão e venda de fichas catalográficas pela *Library of Congress* (LC) dos Estados Unidos. Ao invés de cada biblioteca fazer a própria catalogação de seus livros, a LC passou a vender suas fichas impressas, às quais bastava que fossem acrescentados cabeçalhos, também por ela indicados. Isso resultou em substância padronização, não porque todos concordassem (ou concordem) com a catalogação elaborada pela LC, mas porque as fichas vendidas, e portanto utilizadas pelas bibliotecas, eram rigorosamente idênticas.

Quando as fichas começaram a ser impressas, a *American Library Association* (ALA) nomeou uma comissão para estudar as regras adotadas pela LC. Em colaboração com a *Library Association* da Inglaterra, a ALA publica a primeira edição de seu código em 1908, utilizando regras de Panizzi, Cutter, Jewett e LC: *Cataloging rules - author and title entries* [Regras de catalogação: entradas de autores e títulos].

Simultaneamente, publicava-se, na Alemanha, a segunda edição das Instruções prussianas, que alcançaram grande aceitação na Europa, enquanto o código da ALA era bem recebido nos Estados Unidos e outros países.

Buscou-se, então, uma compatibilidade entre ambos. Mas, a tão desejada padronização internacional só chegaria muito mais tarde.

Em 1920 foram editadas as *Norme per il catalogo degli stampati* [Normas para o catálogo de impressos] ou código da Vaticana, elaborado por um grupo de bibliotecários norte-americanos, sob a direção de John Asteisson, norueguês de formação americana, para a Biblioteca Apostólica Vaticana, conforme relatado por Alice Príncipe Barbosa.

As normas da Vaticana basearam-se no código da ALA de 1908, embora sua terceira edição tenha sido considerada superior à segunda da ALA, ambas de 1949.

O código da Vaticana exerceu enorme influência na biblioteconomia brasileira, a partir de 1940, primeiramente em sua edição em espanhol e, depois, nas duas edições em português (1949 e 1962), até 1969. Ensinava-se a 'Vaticana' na escola de biblioteconomia do Rio de Janeiro (cursos da Biblioteca Nacional), sendo adotada por inúmeras bibliotecas, e ainda hoje se encontram algumas que a usam. Paralelamente, a escola de biblioteconomia de São Paulo, iniciada no Colégio Mackenzie em 1929 e de nítida influência norte-americana, optou por ensinar o código da ALA.

Entre 1934 e 1963, muitos foram os trabalhos que preconizaram a criação de um código brasileiro, ou código para países de língua portuguesa. Podem-se citar: Duarte Ribeiro (1934), Associação Paulista de Bibliotecários (1941), Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (1943), Maria Luísa Monteiro da Cunha (1946 e, novamente, 1963), primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, como recomendação (1954), Felisbela Carvalho (1961) e Mário Costa (1963).

As ideias não prosperaram, obtendo-se apenas normas para cabeçalhos de nomes em língua portuguesa. No entanto, houve uma obra em português de considerável influência e aceitação: *Catálogo simplificado* (1970), de Cordélia R. Cavalcanti, que por um certo tempo assumiu o lugar de um código brasileiro em muitas bibliotecas, algumas de vasto acervo. Porém o mundo caminhava para a padronização, pressionado pelos avanços tecnológicos, e todos os códigos iriam chegar a pontos comuns.

Iniciando suas atividades em janeiro de 1946, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) deve sua criação as ideias debatidas pelos ministros da educação dos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial, preocupados com a educação no pós-guerra.

O preâmbulo da constituição da UNESCO, escrito pelo poeta Archibald MacLeish (que fora diretor da *Library of Congress* de 1939 a 1944), traz explícita a visão de paz, como na célebre frase: "uma vez que a guerra começa na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas".

Dentre as finalidades e funções da UNESCO está a de manter, desenvolver e disseminar o conhecimento, por meio da cooperação internacional, para acesso a todos os materiais publicados. Para tornar possível a consecução desse objetivo, a UNESCO, dentre outras inúmeras iniciativas, tem-se voltado ao estabelecimento de padrões para as bibliotecas nacionais, que se refletem diretamente sobre nossas práticas biblioteconômicas.

A UNESCO criou o programa de Controle Bibliográfico Universal, gerenciado pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), atuando em bases cooperativas. Cooperação significa, além do respeito aos padrões, que cada um dos países deverá responsabilizar-se por seu controle bibliográfico nacional, por intermédio de uma ou mais entidades designadas, geralmente a biblioteca nacional ou instituição similar. Tal programa elegeu como norma básica para a descrição bibliográfica a ISBD, da qual trataremos adiante, e, como formato de intercâmbio, o UNIMARC. A UNESCO e a IFLA vêm exercendo um papel fundamental no intercâmbio de registros bibliográficos e, em consequência, na catalogação.

O ano de 1954 marcou a biblioteconomia brasileira, pela criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) cuja história foi tema da dissertação de mestrado de Luiz Antonio Gonçalves.

As mentoras do IBBB foram Lydíia de Queiroz Sambaquy, sua diretora por muitos anos, e Janice Monte-Mór (mais tarde diretora da Biblioteca Nacional responsável por sua dinamização e virada para o rumo certo).

Até a década de 1970, quando muda sua denominação e seus objetivos, o IBBB contribuiu de modo expressivo para a catalogação, ocupando um espaço não mais preenchido por nenhuma instituição isoladamente. Dentre seus inúmeros produtos e serviços, cabe assinalar: a segunda edição do Código de catalogação da Biblioteca Vaticana e sua difusão no país; o curso de especialização, que deu origem ao primeiro curso de mestrado na área da informação;

diversas bibliografias especializadas; um catálogo coletivo de monografias e, em especial, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC).

Durante anos, o IBBD foi celeiro de uma geração de profissionais competentes e destacados, impulsionadores da biblioteconomia brasileira. O SIC como relatado por Alice Príncipe Barbosa, sua última diretora, iniciou suas atividades na Biblioteca do DASP, em 1942, então chefiada por Lydia de Queiroz Sambaquy Chegou a se constituir como entidade, atuando em colaboração com o Departamento de Imprensa Nacional e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Produzia fichas impressas, a exemplo da LC, que se destinavam à venda em todo o país, em sistema cooperativo que chegou a contar com 200 bibliotecas! Um feito admirável, levando-se em consideração os problemas de comunicações existentes à época. A partir da criação do IBBD, o SIC foi a ele incorporado, sendo extinto, apenas, para dar lugar ao projeto CALCO, do qual trataremos adiante.

Em 1975, o IBBD transformou-se em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), voltado para os sistemas especializados de informação não mais como órgão centralizador das atividades, mas como gerente e suporte técnico.

Dentre as inúmeras funções do IBICT destacam-se: o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas, a atribuição do ISSN (Número Internacional Normalizado de Periódicos), um programa editorial, a distribuição do Micro-ISIS e o suporte aos sistemas especializados de informação tecnológica, sejam governamentais ou privados. O IBICT desenvolveu um Formato de Intercâmbio de Informações Bibliográficas, atualmente em fase de reestruturação, distribuído a todos os interessados na implantação de sistemas de informação.

A década de 1960 trouxe o desenvolvimento dos recursos computacionais. A tecnologia avança e é preciso acompanhá-la, ou usufruir seus benefícios. O período assinala o surgimento do projeto MARC (*Machine Readable Cataloging*) e do MARC II, pela LC, base para outros formatos, inclusive o internacional, que é o UNIMARC.

Existem dois pontos a considerar: a) o MARC é um formato, quer dizer, um padrão para entrada de informações bibliográficas em computador, não um programa de gerenciamento computacional destas informações; e b) o MARC ajustou os recursos tecnológicos da época à catalogação tradicional, e não o contrário, ou seja, uni processo de mecanização (uso da máquina), não ainda de automação. A LC criou também, para o MARC, uma estrutura de organização dos dados em fita magnética que se tornou, em 1973, norma internacional, estabelecida pela ISO (Organização Internacional de Normalização), sob o código ISO 2709.

O primeiro evento no sentido da normalização Internacional foi a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, ou Conferência de Paris, realizada em 1961. Reuniu representantes de 53 países e de 12 organizações internacionais, com diferentes filosofias e códigos de catalogação, dispostos a um acordo. O que, de fato e muito importante, se concretizou foi a decisão sobre cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes, porque baseados no bom senso e no respeito às características de cada língua ou país. Ou seja, determinou-se que o nome da pessoa responsável pela obra, ou assunto da obra, teria o cabeçalho de acordo como uso da língua ou país desta pessoa. Quanto aos títulos uniformes, isto é, títulos pelos quais se reúnem as várias edições ou manifestações de uma obra em um catálogo, dever-se-ia utilizar o título original ou o título pelo qual a obra é mais conhecida.

Discutiu-se também a questão dos cabeçalhos para nomes de entidades coletivas. Mas as entidades coletivas geraram e continuam a gerar celeumas intermináveis e não há acordo sobre o assunto até hoje. Também na Conferência de Paris tratou-se do impacto da eletrônica sobre a catalogação, havendo recomendação de estudo do assunto.

Após a conferência, vários códigos foram modificados, incorporando suas recomendações. Em 1967, a Alemanha substituiu as Instruções prussianas pelas *Regeln für die alfabetsche Katalogisierung* (RAK) [Regras para a catalogação alfabética]. Ainda em 1967, publicou-se a primeira edição das *Anglo-American cataloging rules* (AACR) [Regras de catalogação anglo-americanas], em trabalho conjunto da ALA, *Canadian Library Association* e *Library Association* (Inglaterra), embora tenham sido publicadas duas versões: uma inglesa e outra norte-americana.

Em 1969 editou-se no Brasil a tradução para o português da versão americana com o título de Código anglo-americano de catalogação, ou o AACR, como é chamado. Este código passou a ser adotado em quase todas as escolas de biblioteconomia brasileiras, praticamente extinguindo a diversidade de códigos no ensino.

Ao AACR seguiram-se uma segunda edição, conhecida como AACR2 (1978), também traduzida no Brasil (1983-1985), uma segunda edição revista, o AACR2R (1988) e Emendas ao AACR2R (1993). Acredita-se que a tradução do AACR2R para o português, ora em processo, já incorpore as Emendas de 1993.

O código é atualizado nos Estados Unidos pela LC, por meio do *Cataloging Service Bulletin*, que também apresenta as interpretações das regras segundo a LC, o que suscita inúmeros problemas. O código indica e a LC decide, inclusive de forma conflitante com o código. Não há uniformidade que resista! James Dwyer, em editorial de 1981 no *Journal of Library Automation*, após a edição do AACR2, propôs que a LC, “talvez com a ajuda financeira de outras bibliotecas, redes e fundações, publicasse o que poderia ser chamado de AACR2^{1/2} não uma nova edição do código, mas uma que refletisse acuradamente a prática atual da LC”.

Em 1969, outro evento marca substancialmente o caminho da padronização: a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague, com a participação de 32 países. A RIEC trouxe mudanças significativas para os códigos e as práticas da catalogação.

Outro notável especialista em catalogação, Michael Gorman, após estudo das informações encontradas em oito bibliografias nacionais correntes, apresentou um documento básico à RIEC, denominado *International Standard Bibliographic Description* [Descrição bibliográfica internacional normalizada], ou ISBD, que padronizava as informações contidas na descrição bibliográfica. Para tanto, Gorman sistematizou a ordem das informações e a pontuação utilizada antes de cada informação, de modo a tornar possível seu reconhecimento pelos computadores. A proposta de Gorman, após apreciação internacional, foi publicada em 1971 pela IFLA, como ISBD(M), isto é, para monografias.

Seguiram-se outras ISBDs, inclusive uma geral, para todos os tipos de suportes, a ISBD(G). Hoje, as ISBDs dessa fase já se encontram em segunda edição e outras foram elaboradas, cobrindo todos os tipos de materiais (oito ao todo).

A ISBD, sim, representou um acordo no caminho da padronização. Todos os países se dispuseram a usá-la e esta aceitação internacional acarretou mudanças nos códigos de catalogação, que incorporaram essas normas em novas edições. Acabou-se a era dos códigos nacionalistas, da catalogação individualista, das decisões pessoais. Mas não da catalogação individualizada, adequada aos diferentes universos de usuários. Isto porque a ISBD deixa claro, no prefácio de sua primeira edição, que o conjunto completo de elementos deveria ser incluído nas bibliografias nacionais, mas caberia a cada biblioteca a decisão sobre os elementos necessários e adequados para seu próprio uso.

A padronização não está na quantidade de elementos, porém na forma e na ordem — pontuação e posição — em que são registrados. Caso uma biblioteca decida incluir algum elemento, deverá fazê-lo de acordo com a norma — o bastante para efeito de uniformidade e intercâmbio.

Outro aspecto basilar da ISBD é ter-se distanciado completamente dos cabeçalhos de ponto de acesso. Cita a Conferência de Paris, mas em nenhum momento induz a seu uso. A ISBD tem o toque da genialidade, não pelos elementos ou pela pontuação, mas por ter de fato revolucionado conceitos e trazido novos ares à catalogação.

No entanto, apesar de todas as características positivas, a transição para a ISBD não foi tranquila e gerou inúmeras polêmicas durante toda a década. Por que o travessão? Por que a pontuação precedida de espaço? A ISBD facilita ou dificulta a compreensão do usuário? Superadas as discussões, a ISBD tornou-se a norma internacional para intercâmbio de registros bibliográficos, incorporada aos códigos de catalogação nacionais ou de grupos linguística e, a partir dos anos 80, utilizada em todas as bibliografias nacionais.

Polêmicas menores à parte, outra questão maior se levanta, também durante os anos 70. A catalogação tradicional servia, e serve, perfeitamente aos acervos culturais, artísticos e de lazer. Mas se encontra muito distante das necessidades de informação do universo técnico-científico. Nada de pseudônimos (ao contrário, quer-se o reconhecimento público), nada de páginas de rosto criativas, nada de títulos esdrúxulos: a forma de apresentação deve ser rigidamente padronizada, com necessidade imperiosa de dissecação do conteúdo, resumos, informação concisa e, especialmente, rapidez no tratamento do item e na disseminação.

A área da chamada ‘documentação’ evoluiu rapidamente, indo ao encontro das demandas de seus usuários. Enquanto os catalogadores discutiam os espaços e travessões da ISBD, o UNISIST (inicialmente Sistema Internacional de Informação para Ciência e Tecnologia, da UNESCO) publicou, em 1974, seu *Reference manual for machine readable bibliographic description* [Manual de referência para descrição bibliográfica legível por máquina], voltado ao atendimento daquelas necessidades.

O Manual de referência foi adotado pelos grandes sistemas internacionais de informação especializada. Em 1975, a ISO edita sua norma para referências bibliográficas: a ISO 690, também de ampla utilização.

Em complemento, a Organização Internacional do Trabalho desenvolveu um sistema (não apenas um formato) para gerenciamento automatizado de informações científicas, o ISIS (*Integrated Scientific Information System*), assumido pela UNESCO a partir de 1975 e distribuído em todo mundo. O ISIS acompanhou a evolução tecnológica, havendo versões para mini e microcomputadores: Mini-ISIS e Micro-ISIS (este também distribuído pela UNESCO).

Jaime Robredo e Murilo Bastos da Cunha expõem de forma didática e completa as características e a história dos sistemas especializados. Para este manual, importa a existência de duas formas diversas na visualização dos itens, embora a simbiose entre a documentação e a catalogação tenha contribuído para um, grande enriquecimento mútuo. Essa divergência de filosofia na abordagem dos itens só será contornada na década de 1990.

O ano de 1972 assinala dois fatos importantíssimos: o início do Sistema de Informações do Congresso (SICON), desenvolvido e liderado pelo Senado Federal, e a defesa da dissertação de mestrado de Alice Príncipe Barbosa, que tratava do projeto CALCO.

A Biblioteca do Senado Federal, como relata seu folheto Informações aos leitores, data de 1826, criada por indicação do visconde de Barbacena e reorganizada, em 1876, pelo visconde de Abaeté. Transferida para Brasília em 1960, corria a mudança da capital, iniciou seu processo de automação uma década mais tarde. Em 1972, o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN) começou suas atividades, impulsionando acelerando o programa de automação.

De todos os sistemas existentes no país, o do Senado Federal é, inegavelmente, o que faz mais uso dos recursos tecnológicos e o primeiro a trabalhar em rede nacional em linha.

Na década de 1980, o banco de dados de livros passou a utilizar o AACR2 como base para a catalogação, embora se fizessem necessários alguns ajustes. Hoje, o SICON conta com inúmeros bancos de dados, sendo os mais importantes para os bibliotecários: NJUR (normas jurídicas: legislação primária e marginalia), JURI (jurisprudência) e BIPE (livros e periódicos, inclusive artigos, corria cerca de 150.000 registros, a partir dos quais é editada a Bibliografia brasileira de direito, publicação corrente e atualizada).

São bancos de cabeçalhos autorizados: AUTR (autores, editoras e títulos uniformes), THES (tesauro utilizado nos bancos de dados de normas jurídicas, jurisprudência e discursos) e VCBS (vocabulário controlado básico, utilizado nos bancos de dados de livros e periódicos e de notícias de jornais).

Demais bancos de dados de uso público: DISC (resumos de discursos); BSEN (biografias de senadores); BDEP (biografias de deputados); PARI, (atividades parlamentares); MATE (tramitação de matérias legislativas); CONS (constituições); APEM (anteprojetos, projetos, emendas e substitutivos da Assembleia Nacional Constituinte, 1988); SGCO (sugestões dos constituintes); SAIC (sugestões dos cidadãos para a Assembleia Constituinte); NOTÍCIAS (noticiário do Senado Federal); MSUI, (documentos normativos do MERCOSUL); JORN (notícias sobre a Assembleia Constituinte divulgadas na imprensa); CAFE (cadastro da administração federal após 1990); MEMO (cadastro da administração federal até 1990); SIEL (informações eleitorais) e SIOR (Informações orçamentárias).

Tanto a alimentação como a recuperação se fazem em linha, através de terminais do PRODASEN. Há muitos anos o sistema oferece, embora atualmente nos pareça corriqueiro, uma excelente recuperação, realizando as buscas em qualquer campo do registro bibliográfico. Existe, inclusive, uma recuperação por sinonímia dos nomes dos autores. No momento em que escrevo, o sistema passa por uma nova reformulação e aguardam-se mudanças que, certamente, virão aperfeiçoá-lo e torná-lo ainda melhor.

Em 1972, Alice Príncipe Barbosa defendeu sua dissertação de mestrado acerca do projeto CALCO (Catalogação Legível por Computador), baseado no MARC II da *Library of Congress*. O projeto tinha como objetivo transformar o SIC, por ela então dirigido, em uma central de catalogação automatizada.

Para se ter ideia das restrições tecnológicas da época, o formato, desenvolvido e a ser utilizado Rio de Janeiro, utilizava os computadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos, São Paulo!

Adotou-se como código padrão de catalogação o AACR (1967). Durante a década de 1970, tanto a Biblioteca Nacional como a Fundação Getúlio Vargas realizavam estudos para automação de seus acervos. Em 1977, a BN divulgou suas instruções para o preenchimento de folhas de entrada para o CALCO, o que levou a FGV a optar definitivamente por este formato, implantado em 1980.

A entrada da BN na rede, em 1982, projetou o CALCO como a rede nacional por excelência para acervos multidisciplinares. Durante a década de 1980, adotou o nome de BIBLIODATA/CALCO. A rede abrange, hoje, cerca de

800 mil registros e congrega 63 instituições cooperantes, o que significa mais de 200 bibliotecas, do Ceará ao Rio Grande do Sul.

Tendo eleito como padrões o AACR2 e o formato MARC, é totalmente compatível com sistemas internacionais de intercâmbio de registros bibliográficos, no espírito do programa de Controle Bibliográfico Universal.

Limites tecnológicos e financeiros impõem ao BIBLIODATA/CALCO uma evolução mais lenta, porém, ao mesmo tempo, possibilitam a cooperação de bibliotecas mais carentes de recursos. A alimentação se faz por meio de disquetes (durante muito tempo foi feita corri folhas de entrada) e, como saídas, são fornecidas fichas para os catálogos, etiquetas de número de chamada e fichas de empréstimo.

Os catálogos coletivos e de cabeçalhos autorizados, de nomes e de assuntos, são emitidos pelo sistema COM (*computer output microfilm*), em microfichas, com atualizações periódicas.

Prevê-se para 1995 o lançamento do catálogo coletivo em CD-ROM, em dois volumes: um para obras estrangeiras e outro para obras nacionais. Também para 1995 aguarda-se a edição do Manual de cabeçalhos de assuntos da rede. Projeta-se, a médio prazo a entrada de dados em linha, ao mesmo tempo em que se prepara a mudança do sistema, tornando-o compatível com as tecnologias de quarta geração e as modificações introduzidas no MARC.

A BN 'congelou' seus catálogos anteriores, mas deu entrada no BIBLIODATA/CALCO a todas as obras recebidas a partir de 1984, estando a Bibliografia brasileira completamente atualizada em máquina. Sob forma impressa, em um esforço que a fez publicar 24 números em quatro anos, a Bibliografia brasileira chegou a julho de 1994.

Dentre suas inúmeras responsabilidades a BN exerce também a função de agência brasileira do ISBN, que tem o encargo de atribuir aos livros editados no país a numeração internacional do livro.

Sem dúvida, o BIBLIODATA/CALCO, por sua padronização, obediência às normas internacionais e meios de difusão, se tornou um recurso inestimável, mesmo para as bibliotecas não cooperantes, e o maior sistema do país em termos de catalogação tradicional como idealizou, mas não pôde ver, a professora Alice Príncipe Barbosa em 1972.

Muito se fez, nacional e internacionalmente, na década de 1980, no tocante aos recursos tecnológicos. Nem sempre, porém, a evolução tecnológica foi acompanhada pelas práticas biblioteconômicas. No entanto, hoje um fato mundial obriga a sair da cômoda mesmice: a recessão. Como tão bem explicitou Delsey, em trabalho apresentado ao Seminário sobre Controle Bibliográfico Universal (1993, Rio de Janeiro), há falta de recursos em todas as instituições governamentais.

A carência de suporte financeiro aos projetos biblioteconômicos leva à necessidade de parcerias com a indústria da informação, o que, por sua vez, leva forçosamente à flexibilidade e à mudança de nossas práticas. Paralelamente, os computadores já permitem o intercâmbio de informações entre sistemas não absolutamente idênticos, através dos denominados protocolos de intercâmbio. A palavra-chave dos anos 90 é compartilhar. Por um lado, premidos pela necessidade; por outro, impulsionados pela tecnologia, talvez possamos chegar agora ao sonho, quase utopia, de Otlet e La Fontaine, quando iniciaram seu controle bibliográfico universal.